

PEP



IPHAN

Instituto do
Patrimônio
Histórico e
Artístico
Nacional



PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO IPHAN/UNESCO

**INTERVENÇÕES EM BENS TOMBADOS: REFLEXÕES A PARTIR DOS
INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO**

Adriana Gonçalves dos Santos Mendes

Bolsista – 6ª Superintendência Regional/IPHAN

Fevereiro/2006

Sumário

1.0 Introdução	03
2.0 Intervenções em Bens Imóveis	
2.1 – A importância do resgate à informação	05
2.2 – Os documentos: características e atribuição de valor	07
2.3 - A documentação da intervenção ao longo dos anos	11
3.0 O IPHAN e sua memória	
3.1 – O Arquivo como lugar de memória	21
3.2 – O funcionamento dos arquivos – Arquivo Noronha Santos e Arquivo da 6ª Superintendência Regional	22
4.0 A Era Digital	
4.1 – O banco de dados como instrumento de pesquisa	28
4.2 – A proposta de criação de novo banco de dados	31
5.0 – A aplicação do banco de dados	
5.1 – Estudo de Caso – Museu Casa de Benjamin Constant	33
5.2 – A implantação do banco de dados	37
6.0 – Conclusão	39
7.0 – Bibliografia	41

1.0 Introdução

Ainda hoje, os bens imóveis continuam sendo um dos elementos mais importantes e representativos das políticas de preservação do patrimônio cultural. Um dos maiores desafios dos organismos responsáveis por sua proteção em todo o mundo é como manter este patrimônio edificado íntegro e coeso de forma eficaz e duradoura, prolongando sua existência para o usufruto de maior número de gerações.

De acordo com Pierre Nora, este patrimônio é identificado como “lugares de memória”, onde o elemento construído serve de suporte ao resgate da memória e da formação de identidades sociais. “Há locais de memória porque não há mais meios de memória (...) Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de consagrar lugares”¹. Estes lugares evocam memórias coletivas e são interpretados como verdadeiros monumentos/documentos de uma era que já não existe, mas que atuam como elementos-chaves para a recuperação da memória em um tempo onde o presente rapidamente se transforma em passado e a globalização massifica a cultura dos povos. A Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios – também conhecida como Carta de Veneza – interpreta estas obras monumentais como portadores da mensagem espiritual do passado, perdurando no presente como testemunho vivo das tradições seculares dos povos. A humanidade, por sua vez, cada vez mais consciente de sua responsabilidade por preservá-las, impõe a si mesma o dever de transmiti-las à gerações futuras na plenitude de sua autenticidade.

A preservação destes “lugares de memória” está intimamente ligada às abordagens de utilização destes espaços associadas a metodologia de conservação. Tal como preconiza a Carta de Veneza, “a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos”. Desta forma, verificamos que o melhor caminho para mantermos a integridade do monumento é a preservação através da conservação, evitando ao máximo a intervenção. Esta vem se tornando uma das premissas adotadas internacionalmente no que tange as práticas preservacionistas e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -, como órgão responsável pelo patrimônio cultural brasileiro e entidade referência no assunto, não poderia se furtar a este desafio. Face aos agentes naturais de deterioração – ventos, umidade, desgaste natural – associados aos procedentes da modernidade – chuva ácida, poluição, e má utilização -, como enfrentar esta problemática? A situação atualmente verificada na Área de

Conservação da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, onde vem sendo desenvolvida esta pesquisa, demonstra que muitos imóveis tombados na área de sua jurisdição são objetos de recorrentes intervenções ao longo de sua trajetória, sem a adoção de soluções eficazes e definitivas para seus problemas e a implantação de uma manutenção preventiva. Esta forma de lidar com monumento, intervindo apenas quando a restauração já é inevitável e a situação é emergencial, além de agredi-lo de forma irreversível, acarreta imensos gastos desnecessários aos cofres públicos. Isso se deve ao fato que muitas das intervenções só vêm ocorrer quando estabilidade física do monumento encontra-se ameaçada e os custos necessários para sua recuperação tornam-se exorbitantes a tal ponto, que muitos proprietários, inclusive particulares, declaram sua incapacidade financeira, apelando à projetos de financiamento – como os Programas Nacionais de Incentivo à Cultura ou ainda à patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento e Petrobrás - , ou ainda recorrendo à Justiça, condenando o IPHAN a arcar com os custos.

Na tentativa de minimizar tais problemas, o Área de Conservação da 6ª Superintendência Regional vem tentando adotar uma política de gerenciamento dos bens tombados através de um planejamento sistemático das ações com a criação de uma espécie de plano diretor. A sua formulação exige a precedência de uma série de dados como estudos históricos e registros documentais que proporcionem a percepção da cronologia histórica do monumento, quais suas características mais significativas, seus problemas recorrentes, intervenções ocorridas, usos atribuídos, relação com o entorno e demais especificidades, a fim de que seja atingida sua compreensão global. Este instrumento visa embasar uma visão mais abrangente sobre a postura a ser adotada na conservação destes imóveis e a formulação de possíveis alternativas e/ou soluções eficientes e duradouras.

A partir desta premissa, a 6ª Superintendência Regional decidiu adotar este procedimento a partir dos imóveis tombados à nível federal, de propriedade da União, que estão sob administração direta do Ministério da Cultura. O levantamento destes dados objetivará auxiliar os profissionais da Área de Conservação não só na tarefa diária em relação a estes monumentos históricos, mas como formular um pensamento crítico sobre a política de atuação da instituição na preservação de seus próprios imóveis, que deveriam servir de exemplo aos demais proprietários, porém freqüentemente são incapazes de tal função.

O desafio desta pesquisa é formular e propiciar os meios de se estabelecer esta nova política de atuação do Instituto no que tange a preservação dos bens imóveis. Quais os dados e documentos a

¹ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História nº 10, p. 07-08.

considerar para o levantamento das historiografia da intervenção? Como interpretá-los? Onde obtê-los? Como agilizar e qualificar a pesquisa e obtenção da informação? Como introduzir e estabelecer esta sistemática na Instituição? E, principalmente, como esta metodologia poderá, de fato, subsidiar a elaboração de “planos de ação”? Estas são algumas questões que serão abordadas ao longo deste trabalho.

2.0 Intervenções em Bens Imóveis

2.1 – A importância do resgate à informação

As intervenções em monumentos tombados devem ser pautadas em informações vastas e seguras, fundamentais para o sucesso da empreitada. Conforme afirma a Carta de Burra, “qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros”². Outra Carta já citada anteriormente – a Carta de Veneza – esclarece o motivo de tamanho preciosismo: “a restauração é uma operação de caráter excepcional. (...) Termina onde começa a hipótese”³. Cada documento, cada foto, cada informação é um elemento importante a ser minuciosamente estudado, pois as conseqüências geradas por uma interpretação equivocada ou a negligência de informações pode causar danos que passam desde a criação de um falso histórico – onde a intervenção acaba por “criar” uma arquitetura que nunca existiu, alterando suas características primordiais e induzindo a sociedade ao erro – até a destruição de sua unidade potencial⁴.

As informações necessárias à elaboração de um diagnóstico preciso se caracterizam desde de elementos básicos até aspectos específicos. Os primeiros visam uma primeira aproximação e conhecimento global do objeto. Esses dados consistem em: histórico, descrição do bem e de seu entorno, indicação de correspondente processo e data de tombamento, motivação do tombo, uso atribuídos em cada período, além de seus respectivos proprietários. Já os dados que fornecem

² Carta de Burra. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália 1980. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004 p. 251.

³ Carta de Veneza. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Veneza 1964. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 93.

⁴ O conceito de unidade potencial é utilizado por Cesari Brandi em um dos princípios do restauro na atualidade: “a restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.” BRANDI, Cesari. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004 p. 33.

informações específicas sobre problemas e danos ocorridos no imóvel e principalmente sobre as intervenções realizadas baseiam-se em: datas dos fatos; critérios adotados; procedimentos e metodologias realizados; testes executados, indicando laboratórios e entidades responsáveis pelos mesmos; especificações dos serviços e materiais, incluindo referências de seus fabricantes e fornecedores; plantas e projetos existentes, executados ou não; empresas responsáveis pela realização dos serviços e projetos; e, por fim, os recursos aplicados com seus respectivos solicitantes e financiadores, entre outros.

Estas informações específicas possibilitam a formulação de uma análise sobre a periodicidade das intervenções, os problemas recorrentes, a eficácia das metodologias utilizadas no passado e no presente e o comportamento dos materiais contemporâneos adotados ao longo do tempo, não apenas com relação à durabilidade, mas também sua reação face aos materiais antigos. Desta forma, seria possível estabelecer uma visão mais abrangente sobre a postura a ser adotada na conservação destes imóveis e a formulação de possíveis alternativas e/ou soluções, além de proporcionar uma reflexão sobre a atuação do IPHAN no que tange a preservação dos monumentos tombados em nosso país.

Este levantamento de informações em prol de uma análise crítica vem de encontro à uma das atribuições maiores da Instituição que é desenvolver estudos e pesquisas, a fim de promover e difundir conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro, conforme consta em sua Estrutura Regimental⁵. A produção deste conhecimento é imprescindível para a formulação e execução de políticas de salvaguarda, conforme o historiador Luiz Cristiano Andrade afirma:

“torna-se impossível pensar em um Estado carente de recursos e diante da exigência constitucional de eficiência e transparência, a formulação de políticas públicas que não estejam embasadas em estudos criteriosos. A pesquisa, além de produzir conhecimento sobre os bens culturais, pode ser um instrumento eficiente para definir prioridades e planejar criteriosamente as ações institucionais. (...) a produção do conhecimento sobre os bens culturais é imprescindível para os seus objetivos institucionais, à medida que a reflexão crítica pode engendrar critérios e conceitos que fundamentem as ações de preservação (...)”⁶

No mesmo artigo, o historiador defende ainda que, para que atendam às necessidades do IPHAN, as pesquisas devem buscar fins de caráter não apenas imediatista, mas que também definam

⁵ Decreto nº 5.040 de 07 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências.

⁶ ANDRADE, Luiz Cristiano de Oliveira. *O papel da pesquisa em uma instituição de memória*. Palestra apresentada na I Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO. Rio de Janeiro: abril de 2005. Em: *Cadernos do PEP*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005, p.07.

critérios e métodos de atuação. E é essa filosofia que a 6ª Superintendência Regional pretende adotar ao estudar as técnicas de suporte ao gerenciamento de bens imóveis tombados, tema deste trabalho.

2.2 – Intervenções em Bens Imóveis

2.1 - Os documentos: características e atribuição de valor

Na metodologia adotada para a formulação das análises, optou-se por informações provenientes quase que integralmente de documentos físicos, como cartas, documentos oficiais e fotografias. A escolha destas fontes se pauta nas idéias defendidas por Pierre Nora de que a memória necessita de suportes exteriores e de referências tangíveis para sua existência, pois é impossível a lembrança de todas as informações, por mais que tenhamos sido agentes ativos do processo. A materialização da memória é necessária a partir do momento em que o risco de desaparecimento da memória tradicional se faz eminente, levando-nos a acumular testemunhos, documentos, imagens e sinais do que se foi. A memória deixa de ser espontânea para se tornar produzida. Faz-se então necessário o registro para validação da memória, porque esta, enquanto processo, está em constante evolução e suscetível a manipulações e deformações sucessivas. O registro acaba por modificar o caráter da memória, reconhecendo-a como passado, deixando então de ser memória, concretizando-se em história. E a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal.

Jacques Le Goff também teoriza sobre o poder de transmissão de memória dos documentos textuais ao afirmar que as funções principais da escrita são o armazenamento de informações, que permite a comunicação através do tempo e do espaço, além de fornecer ao homem um processo de marcação, memorização e registro; e a concretização da passagem da esfera auditiva à visual, permitindo o reexame, reordenamento e retificação de frases e até palavras isoladas. Ou ainda, como define Halbwachs, as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

A partir da premissa de adotar registros documentais em detrimento a memória individual ou coletiva, deparamo-nos com a seguinte questão: que documentos precisamente devem ser inventariados? Afinal, “a diversidade dos documentos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele.”⁷ Como o objetivo principal deste trabalho é criar a sistemática para elaboração da historiografia das intervenções em objetos tombados, foi definido como base de estudo os documentos históricos gerados pelo próprio

⁷ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1965.

IPHAN e aqueles que a esta instituição se referem. Esta escolha fundamenta-se no fato que, pelo menos em teoria, após o tombamento, toda e qualquer intervenção deve ser comunicada ao órgão de proteção do patrimônio a fim de que este exerça seus deveres de autorização, fiscalização e orientação técnica. Estes documentos atuam ainda como testemunhos da ação do Estado, formadores da memória oficial e imbuídos de alto valor probatório, validando a pesquisa. Segundo o Anteprojeto de criação dos Sistema Nacional de Arquivos:

“consideram-se documentos históricos e de valor permanente, todos os livros, papéis, mapas e fotografias, ou qualquer espécie de elemento informativo, independente de sua forma ou características físicas, produzidos, elaborados ou recebidos por instituições públicas ou privadas, em conformidade com suas atribuições legais ou em virtude de suas transações e conservados, ou adequados a tal fim, por essas instituições ou seus legítimos sucessores, seja como prova de suas funções, diretrizes, normas, realizações ou atividades, sejam em atenção ao valor informativo dos dados que nos mesmos se contenham”.⁸

Com isso, são escolhidos para análise todos os documentos – cartas, ofícios, memorandos, informações, projetos, especificações e até notas fiscais – trocadas entre o IPHAN, proprietários, responsáveis por obras e/ou fornecedores, ou ainda qualquer outro vestígio que possa indicar intervenções, estado original do imóvel ou danos ocorridos, como abaixo-assinado de moradores e recortes de jornal, além de plantas baixas e fotografias. Sobre estas últimas, cabe a observação de Le Goff: “a fotografia (...) revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.”⁹

A avaliação e seleção dos documentos, porém, é tarefa que exige empenho, dedicação e profundo conhecimento da parte de quem executa, focando apenas aqueles que façam alusão ou estejam relacionados estritamente com às intervenções realizadas, pois o inventário de todos os documentos existentes sobre um mesmo bem independente do assunto seria tarefa de proporções muito além do esperado e acabaria por fugir do objetivo primordial da proposta, perdendo-se em um imenso volume de informações desnecessárias e/ou inúteis. Desses “homens-memória”, senhores responsáveis pelo descarte ou inventário das informações, depende o sucesso do projeto e a escolha do profissional para execução da tarefa deve ser extremamente criteriosa pois, segundo Le Goff, há grande perigo de “fatos históricos serem esquecidos, em detrimento de outros, aparentemente mais

⁸ Anteprojeto de criação do Sistema Nacional de Arquivos, art. 1º, parágrafo único.

⁹ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 39.

importantes”¹⁰ e apenas através da competência desses “avalistas da memória” será possível o resgate da historiografia das intervenções. Le Goff ainda destaca que:

“A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos << neutra>> do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes do mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingénuo.”¹¹

Desta forma, está claro que a interpretação dessas informações é uma reconstrução do passado sob a ótica moderna. Como afirma Ecléa Bosi:

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’ (...) porque nossa percepção alterou-se, e com elas nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor”¹².

A mesma questão é abordada pelas jornalistas Ana Lucia Enne e Cristiane Tavares em artigo referente às relações entre memória e discurso midiático, mas cujo conceito se aplica ao nosso caso:

“Imaginar o discurso dotado de um sentido único e portador de uma única voz é não concebê-lo como produto social, como ação social (...). Essas apropriações do real não são condutoras de significados por elas mesmas. São sistemas repletos de representações simbólicas que dependem, para sua interpretação, tanto do trabalho de ourives do produtor no sentido de codificá-la adequadamente, como das condições do receptor para interpretá-las. A interpretação, de certa forma, é o que dá sentido ao discurso, tanto quanto sua produção”¹³.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 103.

¹² BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 05

¹³ ENNE, Ana Lucia; TAVARES, Cristiane. *Memória, identidade e discurso midiático: uma revisão bibliográfica*. [s.l. , s.d.] Disponível em: <http:// Acesso em: 10 jan. 2006

Logo, é fundamental a consciência que os documentos e vestígios históricos não encerram verdades por eles mesmos, pois são sujeitos de um contexto que já não mais existe. A reinterpretação de pseudo-verdades e informações muitas vezes incompletas e imprecisas é uma tarefa que exige perspicácia, profundos conhecimentos do assunto e criteriosos estudos. A análise crítica deste material exige atenção para as finalidades e condições de sua elaboração e recepção. É a tentativa de montagem de uma enorme colcha de retalhos, sem a possibilidade de construção de uma história total. Afinal, como define Nora, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...) A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico”¹⁴. As informações obtidas nos documentos devem apenas subsidiar a análise e compreensão do próprio monumento em seu estado físico. Como afirma Jacques Le Goff, o monumento, por si só, também constitui um documento, onde podem ser “lidas” e interpretadas as informações desejadas desde que as sejam por olhos treinados. Não há nada melhor que o próprio monumento para negar, afirmar ou questionar a documentação formal. Na verdade, esta relação é uma relação de duplo sentido: o documento ajuda a elucidar questões relativas ao monumento e o monumento, por sua vez, valida o documento ao testemunhar a seu favor, comprovando as informações em suas características físicas.

A partir desta ótica, Le Goff faz a leitura de tais documentos como monumentos, pois são heranças do passado que apresentam uma intencionalidade e desejam voluntária ou involuntariamente a perpetuação de seu conteúdo e imagem do tempo, e sua origem está ligada aos instrumentos de poder. Sendo assim, podemos afirmar a necessidade fundamental do Instituto que trata da preservação memória preservar também a sua memória, através da documentação sistemática das ações impetradas ao patrimônio tombado, pois são estes registros que podem informar com precisão e responder questões que de outra forma poderiam ser equivocadamente interpretadas, como informações sobre a substituição de madeiramento do telhado ou a abertura de vãos em determinado momento da trajetória do bem. É necessário que estes acontecimentos sejam detalhadamente registrados em sua íntegra, pois a memória se esvai e não se fica a detalhes, mas em um todo. E em quase todas as vezes, no que tange ao estudos das intervenções, os detalhes são de extrema importância, como fórmulas de tinta, especificação de serviços e materiais, entre outros.

¹⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História nº 10, p. 09.

2.3 – A documentação da intervenção ao longo dos anos

As restaurações nem sempre delegaram aos documentos um papel de tamanha importância como na atualidade. A necessidade de informações e referenciais de um bem para a execução de intervenções variou ao longo dos anos, conforme as concepções vigentes.

Durante o Renascimento, a documentação relativa aos monumentos da Antigüidade Clássica foram de grande relevância para o desenvolvimento de sua arquitetura. Após o período de escuridão dos tempos medievais, a veneração pela estética grega e romana ocorreu devido às novas possibilidades de acesso à documentação e aos próprios edifícios do período por estudiosos e artistas. Pregava-se um rigoroso estudo dos templos, reconhecidos nesta época como documentos físicos da Grécia e Roma Antiga -, dos tratados arquitetônicos, da métrica e simetria a fim de encontrar a essência da linguagem clássica. Entretanto, estes estudos visavam apenas subsidiar a nova arquitetura que surgia e não embasar projetos de restauração. Muitas intervenções realizadas neste período descaracterizaram ou mesmo destruíram os bens. Exemplo disso é o Palazzo Venezia, em Roma, construído com parte do mármore travertino do Coliseu, e a Igreja de Santo Stefano Rotondo, na mesma cidade, bastante modificada em sua restauração renascentista.

Ao longo do século XVIII, o valor documental vai adquirindo paulatinamente mais força. A percepção da importância histórica e cultural dos monumentos faz surgir a necessidade de conservá-los, e conseqüentemente, restaurá-los de forma mais criteriosa. Porém, apenas em meados do século XIX surge o primeiro grande teórico do assunto: o francês Viollet Le Duc. Em seu entendimento, a restauração deveria resgatar por completo o valor artístico do bem, mesmo que este assumisse formas que nunca houvessem existido. Nesta ocasião, é enfatizada, pela primeira vez, a necessidade de rigorosos estudos antes de uma intervenção: Le Duc pregava a realização de um levantamento completo e detalhado do monumento, a fim de que cada parte, cada elemento fosse compreendido embasando-se em documentos de veracidade irrefutável. Em sua concepção, toda a restauração deveria ser profundamente fundamentada nestes estudos, pois:

“(...) cada parte da obra cumpre uma função e possui uma ação. O arquiteto deve trabalhar para conhecer exatamente o valor de um e de outro antes de começar qualquer coisa. Deve atuar como um cirurgião que não toca nenhum órgão sem haver primeiro tomado conhecimento de sua função e previsto as conseqüências imediatas e futuras de sua

operação. Antes que atuas às tontas é melhor não fazer nada. Melhor deixar morrer o enfermo do que matá-lo.”¹⁵

Afirma ainda que “é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos, e somente iniciar a obra quando todos os remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar”¹⁶. O teórico francês ressalta a importância da fotografia não só como meio justificativo da intervenção a se realizar mas também um elemento de estudo. Entretanto, a razão pela qual fazia-se necessário esse profundo conhecimento do monumento era a tentativa de “incorporar” o espírito do criador da obra, especulando sobre como este procederia sua restauração ou a teria concebido se detivesse conhecimento e tecnologia para tal. Trata-se da busca incessante pela “pureza de estilo” e compreensão do “modelo ideal”, acertando “defeitos” e completando “lacunas” ou “ausências”. Um amplo conhecimento dos estilos, escolas, seus princípios e meios práticos, associados aos documentos relativos ao bem, seu projeto original e levantamentos gráficos, permitiriam a “recriação” do monumento segundo a imaginação do restaurador. Segundo Viollet-Le-Duc:

“É necessária uma religiosa descrição, uma renúncia completa de cada idéia pessoal, e nos problemas novos, quando se devem agregar partes novas, ainda que estas não hajam existido, é necessário colocar-se no lugar do arquiteto primitivo, e supor que coisa faria se regressasse ao mundo e ficasse frente ao mesmo problema”¹⁷

Entretanto, seu contemporâneo inglês John Ruskin não compreendia a necessidade pela busca pela documentação, mas ao contrário, condenava quaisquer intervenções por acreditar que a obra de arte só teria valor em seu estado original. Os monumentos pertenceriam unicamente a seu criador e a seu tempo. Qualquer restauração seria um crime contra o bem que, como todas as coisas, teria seu ciclo vital. Deveria-se, portanto, aceitar sua morte com atitude meramente contemplativa. O máximo tolerado seriam obras de conservação a fim de prolongar sua vida útil, como limpeza e consolidações. Segundo Ruskin:

“O verdadeiro significado da palavra restauração não é compreendido, nem pelo público, nem por aqueles a que são incumbidos o cuidado dos monumentos públicos. Significa a

¹⁵ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siecle*. Paris: B. Bance Editeur – A. Morel Editeur, 1868. Tomo VIII. Em: RIBEIRO, Rosina Trevisan. *Apostila da disciplina de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev. 2001, p. 09.

¹⁶ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauroação*. Apresentação e tradução: Beatriz Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, p. 69.

¹⁷ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siecle*. Paris: B. Bance Editeur – A. Morel Editeur, 1868. Tomo VIII. Em: RIBEIRO, Rosina Trevisan. *Apostila da disciplina de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev. 2001, p. 07.

destruição mais completa que pode sofrer um edifício, destruição da qual não se poderá salvar bem a mais pequena parte, destruição acompanhada por uma falsa descrição do edifício destruído. (...) é impossível, assim como ressuscitar os mortos, a restauração daquele que foi grande e belo em arquitetura. (...) Outra época poderá dar-lhe outro espírito, mas será então um edifício novo. Não se evoca o espírito do artesão morto, não se faz ele guiar outras mãos e inspirar outros pensamentos.”¹⁸

No final do século XIX, estas duas teorias antagônicas encontram um meio termo na pessoa do italiano Camillo Boito. Boito nega Ruskin a partir do momento que não aceita o fim de um monumento sem que sejam tentadas todas as alternativas para sua salvação, ao mesmo tempo que contradiz Le Duc ao afirmar que sua teoria induz ao erro e à falsificação. Seus conceitos se pautam na redução da intervenção ao mínimo necessário, priorizando a conservação à restauração. Quando a intervenção é necessária, prega a diferença de estilos entre o novo e o velho, o respeito máximo o material original e a incisão da marca da restauração, a fim de evitar o “falso histórico”. Uma de suas premissas é a manutenção de todas as partes do monumento, independente de sua época, como documentos de sua passagem ao longo da história. Camillo Boito retoma a importância da documentação das intervenções ao pregar a descrição e o registro fotográfico de todas as etapas da restauração, dispondo as informações junto do monumento. Esta seria uma das primeiras iniciativas de registrar a ação realizada em prol da posteridade.

Em 1931, a comunidade internacional contribuiu fundamentalmente para a evolução do pensamento preservacionista e, conseqüentemente, para a conscientização da importância da documentação para as intervenções, através da elaboração da Carta de Atenas. Sob influência das idéias de Camillo Boito, a primeira das cartas patrimoniais expôs como doutrina que “cada estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações”¹⁹, além de constituírem arquivos relativos aos seus monumentos históricos. É a primeira vez no campo da restauração que se afirma a necessidade de criação de arquivos para a guarda desse tipo de documentação. Reflexo desta demanda, a criação do IPHAN em 1937 como órgão de proteção ao patrimônio nacional vem atender a recomendação com seu Arquivo Central, atualmente denominado Arquivo Noronha Santos, no Rio de Janeiro.

¹⁸ RUSKIN, John. *Las Siete Lámpadas de la Arquitectura*. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, s/d. Em: RIBEIRO, Rosina Trevisan. *Apostila da disciplina de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev. 2001, p. 09 e 10.

¹⁹ Carta de Atenas. Sociedade das Nações. Atenas, 1931. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 17.

Os tempos subsequentes não foram pródigos para a preservação do patrimônio cultural edificado. A 2ª Guerra Mundial trouxe conseqüências desastrosas como a destruição de diversos monumentos na Europa. A rapidez necessária para se salvar o que ainda ficara de pé levou à negligência de muitos dos conceitos pregados pela Carta de Atenas e demais normas de restauração. Os problemas aos quais os restauradores enfrentavam eram significativamente diversos dos vistos até então. A restauração se impunha como uma tentativa de resgatar a identidade das nações dizimadas na Guerra. Cada intervenção possuía características extremamente particulares, dada a variedade de problemas e a quantidade de edifícios danificados, e seu sucesso dependia muitas vezes de decisões individuais. Logo, tornou-se inviável o estudo profundo para a fundamentação de projetos de restauração e muito menos o registro pormenorizado da intervenção executada. O máximo realizado era a utilização dos documentos remanescentes – fotos, projetos, descrições – como subsídio à reconstrução dos bens.

Afastado, porém, dos grandes centros de agitação, este foi o período quando o Brasil mais se tombou imóveis em sua história, firmando-se o IPHAN como verdadeiro órgão de proteção ao Patrimônio Cultural nacional, então visto pela elite fundadora – em sua maioria arquitetos de cunho modernista - basicamente composto por bens imóveis. Graças ao farto volume de trabalho a realizar associado à falta de normas e recomendações internacionais que direcionassem as atividades desenvolvidas, muito pouco das intervenções foi legado ao futuro. Analisando o Arquivo Central do Instituto, percebe-se que muitas das obras ocorridas apresentam apenas breves vestígios de sua realização, como uma nota fiscal, um relato passageiro ou sua menção em algum documento relativo a uma intervenção posterior. Em muitos casos, não há com precisão o que fora realizado, quando, quem executou, o valor gasto ou mesmo o resultado final em virtude da falta de registros, assemelhando-se a remontagem desta história a um trabalho de detetive.

Apenas em 1964, após o término do período negro da 2ª Grande Guerra, nova carta enfatizando a importância da restauração é publicada: a Carta de Veneza. A relevância dessa Carta, originada do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado na Itália, ainda hoje é latente, servindo de base à todos os demais Congressos e estudos pertinentes ao tema até os dias de hoje. Mais de uma vez já citada neste ensaio, convém mencionar a premissa de que a restauração deve se fundamentar no respeito ao material original e aos documentos autênticos, terminando onde começa a hipótese: “a restauração será sempre precedida e

acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”.²⁰ Ainda de acordo com o Art. 16 do mesmo documento:

“Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.”²¹

Neste documento, é assegurada a importância do registro das intervenções, não apenas no estudo das já realizadas mas também quanto à elaboração das futuras. A documentação adquire uma importância perante o futuro como nunca antes vista. A necessidade de registrar a memória para o futuro é um reflexo da falta de memória que então vinha se enfrentando.

Na década seguinte, a questão do embasamento e registro documental das intervenções se intensificou com a publicação de outras cartas que abordaram o tema. O Compromisso de Brasília, instituído no I Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, promovido em 1970 pelo Ministério da Educação e Cultura para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio artístico nacional, constituiu uma das primeiras iniciativas realizadas no país para discutir o assunto. Nela é recomendada “a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição dos documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente”²², demonstrando a preocupação na preservação dos registros efetuados. O documento defende ainda que as universidades deveriam promover a pesquisa e a avaliação dos inventários de bens regionais junto às bibliotecas e arquivos públicos.

Em 1972, 40 anos após sua elaboração, é finalmente divulgada a Carta de Restauo Italiana. Seu objetivo visava a criação de normas e instruções para intervenções de restauração de qualquer obra de arte na Itália. Este documento determina que “qualquer intervenção (...) deverá ser ilustrada e justificada por um parecer técnico em que constarão, além do detalhamento sobre a conservação

²⁰ Carta de Veneza. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Veneza 1964. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 93.

²¹ Carta de Veneza. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Veneza 1964. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 95.

²² *Compromisso de Brasília*. 1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Brasília, 1970. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 139.

da obra, seu estado atual, a natureza das intervenções consideradas necessárias e as despesas necessárias para lhes fazer frente”²³. Ainda o mesmo documento estabelece que:

“qualquer intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito (...) e deverá ser organizado um diário de seu desenvolvimento, a que se anexará a documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção. Serão documentadas, ainda, todas as eventuais pesquisas e análises realizadas com o auxílio da física, da química, da microbiologia e de outras ciências. De toda essa documentação haverá cópia no arquivo da Superintendência competente (...)”²⁴

Apesar de concebido em épocas pretéritas, este instrumento de proteção apresenta-se extremamente atualizado com as teorias preservacionistas. O documento ainda torna-se mais preciso quando aborda especificamente os bens imóveis:

“A realização do projeto para restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, nos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade.”²⁵

A publicação dessa Carta significou uma grande evolução para a preservação do patrimônio edificado por ensaiar pela primeira vez uma definição sobre quais informações deveriam ser buscadas para a elaboração de um projeto de intervenção. Orienta os organismos de proteção sob quais aspectos deveriam ser analisadas as propostas. Sua divulgação propiciou o advento de uma série de outros documentos sobre o assunto, elucidando de forma mais clara os parâmetros a serem estudados, analisados e registrados. A partir deste momento, o caráter multidisciplinar dos estudos torna-se valorizado, enfatizando que os dados necessários para as análises não deveriam ser interpretados unicamente por arquitetos, mas também por historiadores, físicos, químicos etc., uma vez que o objeto arquitetônico possui peculiaridades e patologias diversas.

²³ *Carta de Restauro*. Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália. Itália, 1972. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 148.

²⁴ *Carta de Restauro*. Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália. Itália, 1972. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 150.

²⁵ *Carta de Restauro*. Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália. Itália, 1972. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Ver. Aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p 157.

Em 1975, nomeado o Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, foi elaborada a Declaração de Amsterdã, carta européia dedicada ao tema. Entre suas prerrogativas estão a produção essencial de relatórios periódicos sobre o estado de desenvolvimento dos trabalhos de conservação arquitetônica, de forma a permitir a troca de experiências; o estudo meticoloso antes de qualquer obra de restauração ou reabilitação, convindo a documentação completa dos materiais e técnicas somados a uma análise dos custos, informações estas a serem reunidas em centros adequados; e o empreendimento de pesquisas para confecção de catálogos de métodos e técnicas utilizados a serem disponibilizados aos interessados de forma a favorecer a reforma das práticas de restauração e reabilitação.

No ano seguinte, realizou-se a 19ª Conferência Geral da Unesco, na cidade de Nairóbi, geradora da Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, mais conhecida como Declaração de Nairóbi. No que tange à necessidade de pesquisas e documentação das intervenções, a carta adverte que “os projetos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houvessem sido efetuados por equipes multidisciplinares”²⁶. A formação desta equipe seria de especialistas em conservação e restauração, historiadores de arte, arquitetos, urbanistas, ecologistas, arquitetos paisagistas, especialistas em saúde pública e assistência social e demais especialistas em todas as áreas relativas à proteção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais. Esta carta amplia o conceito de importância da documentação além do monumento individualmente, colocando em questão também os registros dos conjuntos urbanos. Recomenda, antes de qualquer intervenção, que os conjuntos sejam analisados segundo os aspectos arqueológico, histórico, arquitetônico, técnico e econômico, inclusive quanto sua evolução espacial. A análise deverá subsidiar a produção de documento que estabeleça os níveis de proteção dos imóveis: rigorosamente protegidos, protegidos parcialmente ou passíveis de demolição em condições excepcionais, desde que escrupulosamente documentados, sob pena de suspensão da obra por parte do poder público. Também orienta que sejam realizados inventários dos espaços livre, públicos e privados, assim como de sua vegetação, para a mesma finalidade.

No ano de 1980, o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, publica a Carta de Burra, onde são definidos conceitos como conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução e adaptação. Para os procedimentos a serem empregados, determina em

seu artigo 23 que “qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão.”²⁷ O mesmo documento ainda estabelece que:

“Art. 25. Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita, acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras etc.).

Art. 26. As decisões de orientação geral devem proceder de organismos cujos nomes serão devidamente comunicados, bem como de seus dirigentes responsáveis, devendo a cada decisão corresponder a uma responsabilidade específica.

Art. 27. Os trabalhos contratados devem ter acompanhamento apropriado, exercido por profissionais, e deve ser mantido um diário no qual serão consignadas as novidades surgidas, bem como as decisões tomadas, conforme no artigo 25 acima.

Art. 28. Os documentos consignados nos artigos 23,25,25,26 e 27 acima serão guardados nos arquivos de um órgão público e mantidos a disposição do público.”²⁸

A Carta de Burra vem reforçar os conceitos contidos na Carta de Veneza, publicada 16 anos antes, ao mencionar que as restaurações devem se basear no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, seja qual for sua natureza, cessando quando começar a hipótese. A restauração só deve ser efetivada se existirem dados suficientes que comprovem um estado anterior da substância do bem. Já a reconstrução deve limitar-se à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças a testemunhos materiais e/ou documentais. Nos casos em que haja insuficiência de informações que permitam outras formas de conservação, deve se priorizar a preservação, definida como somente a manutenção no estado da substância do bem e a desaceleração de seu processo de degradação.

Produzida em 1986 também pelo ICOMOS, a Carta Internacional para salvaguarda das cidades históricas, também conhecida como Carta de Washington, vem reafirmar a Declaração de Nairóbi 10 anos depois desta, ao evocar que o planejamento da proteção desses sítios deve ser precedido de estudos multidisciplinares incluindo análise de dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos, de forma a definir as edificações ou conjuntos totalmente protegidos, parcialmente protegidos ou passíveis de demolição em circunstâncias excepcionais.

²⁶ *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*. Conferência Geral da Unesco – 19ª sessão. Nairóbi, 26 nov 1976. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 224.

²⁷ Carta de Burra. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália 1980. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. e aum.. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 251.

Alerta, porém, ser fundamental documentar as condições existentes da área antes da execução de qualquer intervenção.

O último dos documentos publicados que faz menção ao assunto do registro das intervenções é a Carta de Petrópolis, publicada em 1987 em decorrência do 1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos. Entretanto, a questão do registro é citado apenas brevemente, quando trata da importância do inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade e conhecimento do acervo cultural e natural.

Essa paulatina conscientização mundial da importância do embasamento em registros documentais aliados à dados de caráter multidisciplinar - como análise laboratoriais e vestígios arqueológicos - para elaboração de projetos intervencionistas fortemente justificados proporcionou profundas mudanças na atuação do IPHAN ao longo dos anos. E a documentação armazenada em seu Arquivo nos anos subsequentes demonstra essa mudança, ocorrida de forma gradual porém visível através da qualidade dos projetos encaminhados e a frequência de documentos sobre as obras. As informações começam a ser registradas com a real preocupação de garantir ao futuro seu conhecimento. A partir do final da década de 1970 e principalmente a partir dos anos de 1980, as intervenções passam a ser melhor documentadas através da elaboração de relatórios de acompanhamento das obras pelos próprios técnicos da casa. A regularidade de emissão de documentos oficiais do instituto sobre os projetos encaminhados e as obras em andamento assume maior consistência, demonstrando a preocupação em registrar as decisões da fiscalização, não apenas para garantir ao futuro seu conhecimento como para assunção de valor de prova sobre as ações do Estado. Nesta época, o recolhimento de toda a documentação gerada ou encaminhada para o Instituto passa a ser executada de forma mais sistemática e cautelosa. Ainda assim, porém, são difíceis algumas conclusões, como a realização efetiva de uma intervenção, pois neste tempo não eram priorizados relatórios finais de obra, deixando margem à incidência de muitas dúvidas. Somente a partir da década de 1990, as recomendações das Cartas Patrimoniais passa a ser implantadas com maior rigor. Constatou-se que parte da responsabilidade foi o fim da Fundação Pró-Memória e sua conseqüente autonomia na execução de obras em monumentos tombados. O fato de muitas intervenções serem projetadas e executadas por profissionais ligados ao próprio órgão de preservação acabava propiciando a negligência do registro, dado que muitas obras eram “projetadas” *in loco*, conforme as necessidades se apresentavam. Com a implantação do Instituto Brasileiro de

²⁸ Carta de Burra. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália 1980. Em: CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 251,252.

Patrimônio Cultural – IBPC – e a mudança de atribuição para órgão fiscalizador e não mais executor, o empirismo muitas vezes presente na execução deu lugar às análises críticas dos projetos e ao rigor no acompanhamento de obras, agora realizadas por empresas contratadas para esse fim. Deste momento em diante, a quantidade e qualidade de dados exigidos para a análise de projetos e emissão de certidões de aceite de obras passaram a requerer cada vez maior complexidade. Tanto que em 2005, o Ministério da Cultura, por intermédio do Programa Monumenta – BID, publica o Manual de Elaboração de Projetos com a finalidade de orientar os profissionais na elaboração de projetos em bens tombados. Anos antes, o mesmo Programa já havia divulgado internamente – apenas para os profissionais ligados ao IPHAN - o Manual de Acompanhamento e Fiscalização de Obras, objetivando auxiliar a execução deste trabalho, estabelecendo diretrizes gerais, procedimentos e rotinas, em virtude de tamanha especificidade desta tarefa.²⁹ Deve-se destacar que estes manuais são apenas orientativos e não uma regra imposta pelo IPHAN a ser rigorosamente seguida.

Toda esta revolução nas exigências de registros e formas de estudos levou a um aumento vertiginoso da quantidade de documentação referente às intervenções. O que antes era complicado pela falta de dados que pudessem elucidar questões, agora se torna difícil pelo grande volume de dados disponíveis para consulta. Essa nova realidade exige que os departamentos destinados à guarda desta documentação também se adaptem às novas exigências. Os arquivos da instituição devem evoluir conforme as necessidades de quem deles se utiliza, e conseqüentemente devem estar preparados para esta nova demanda de informação e documentos que tende a aumentar progressivamente. A fim de elaborar sugestões para esta questão, é necessário que sejam compreendidas a função dos arquivos, sua estruturação no Instituto e a forma como atualmente encontram-se organizados.

²⁹ Os manuais mencionados são:

BRAGA, Sylvia Marinho Nela; GOMIDE, José Hailton; SILVA, Patrícia Reis da. *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

3.0 O IPHAN e sua memória

3.1– O Arquivo como lugar de memória

A necessidade das sociedades modernas de documentar sua história e imortalizar sua memória levou a criação de arquivos, lugares onde se pudesse conservar e armazenar, como afirma Pierre Nora, “a constituição gigantesca daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar”³⁰. A sacralização da “memória de papel” exigiu a criação de lugares onde tais documentos pudessem ser resguardados do esquecimento da memória tradicional, que precisa de suportes exteriores e de referências tangíveis. o desaparecimento rápido e definitivo. Estes “lugares de memória” atuam como marcos testemunhais do passado e do presente, detentores do saber e das lembranças dos tempos. Ainda segundo Nora:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los”³¹.

Sob esse aspecto, percebe-se o quanto é fundamental para o IPHAN preservar a sua memória através da criação de “lugares de memória”. O IPHAN sendo uma instituição cuja função principal é preservar a cultura nacional, IPHAN tem por obrigação proteger e fiscalizar os monumentos imóveis tombados que, pelo valor a eles atribuído, configuram-se como “lugares de memória”. Segundo Nora, são simulacros criados para que a memória exista em algum lugar, pois já não há meios de memória. São espaços físicos destinados a evocar a memória de um tempo perdido, que já não é mais memória, mas história, funcionando com suporte a reconstituição de uma identidade coletiva. E a partir do momento que os arquivos do IPHAN atuam no resgate da memória dos bens imóveis tombados, pode-se dizer que estes funcionam como lugares de memória dos lugares de memória, de uma instituição de memória.

Os arquivos de uma instituição de memória ativa como o IPHAN possuem características bastante particulares pelo fato desta instituição produzir sua memória: a consciência da volatilidade

BRAGA, Sylvania Marinho Nela. *Manual de Acompanhamento e Fiscalização de Obras*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 1999.

³⁰ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História nº 10, p. 14-15, 22.

³¹ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História nº 10, p. 13.

da memória tradicional e consciente da importância de relatos precisos, torna o órgão um “produtor” de memória, gerando um arquivo “vivo”, alimentado diariamente com documentos constantemente produzidos com a finalidade ímpar de registrar decisões, metodologias e características dos bens e suas intervenções, além de toda a atividade da instituição para a posterioridade. O estudo desta prática pode trazer a compreensão da forma como IPHAN atuou na preservação dos bens tombados desde sua concepção até os dias atuais. Associado às pesquisas sobre o IPHAN considerou como valor nacional através dos tombamentos de bens imóveis realizados ao longo de sua história, a historiografia das intervenções poderá determinar como a instituição encarou a preservação destes bens e como utilizou seu poder de órgão fiscalizador. De fato, os arquivos do IPHAN guardam informações que muito revelam sobre a visão do Estado no que tange a preservação da memória e identidade nacionais. Ao Estado, na figura do IPHAN, coube e ainda hoje cabe decidir o que deve ser preservado e como deve ser preservado. E assim, mais uma vez, o IPHAN aparece como um organismo produtor de memória, a partir do momento em que a ele cabem as atribuições de valor. E os arquivos são os instrumentos testemunhais dessa trajetória.

Torna-se inevitável, portanto, que a fonte principal de dados para pesquisar-se a historiografia das intervenções em monumentos tombados venha a ser os arquivos da própria instituição: o antigo Arquivo Central, hoje denominado Arquivo Noronha Santos, e, no caso específico dos monumentos localizado no Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo da 6ª Superintendência Regional. Para obtenção das informações pretendidas, faz-se necessário o conhecimento de como funcionam estes dois arquivos, suas características físicas e organizacionais e, principalmente, quais os instrumentos de pesquisa que dispõem e as formas de acesso à documentação.

3.2 – O funcionamento dos arquivos – Arquivo Noronha Santos e Arquivo da 6ª Superintendência Regional

As características físicas, históricas e funcionais do Arquivo Noronha Santos e do Arquivo da 6ª Superintendência Regional divergem em diversos sentidos, a começar pelo seu acervo. No que tange os monumentos tombados no Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Noronha Santos se caracteriza como um arquivo permanente³², detentor da documentação recolhida pelo Instituto desde

³² Segundo Marilena Leite Paes: “A função do arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins.” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 121).

sua fundação até o fim dos anos de 1970, quando então o Arquivo da 6ª Superintendência Regional passa a assumir esta função.

O Arquivo Central do IPHAN – atualmente denominado Arquivo Noronha Santos – foi definitivamente implantado a partir de 1940 na cidade do Rio de Janeiro por intermédio de D. Clemente da Silva Nigra. O arquivista-mor da Ordem Beneditina Brasileira iniciou a ordenação de toda a documentação acumulada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do então Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, desde sua criação em 1937. O arranjo original consistia na separação de documentos de gênero textual dos demais - cartográficos e iconográficos, entre outros. Durante a gestão de Carlos Drummond de Andrade como Chefe da Seção de História³³ entre os anos de 1946 e 1962, ocorreu a reestruturação deste arquivo inicial, organizando-se o material em dossiês específicos para cada bem tombado, facilitando significativamente sua utilização para consulta. Trata-se de uma primeira iniciativa no sentido de adequação deste instrumento às necessidades impostas pela própria repartição. Após a consolidação da estrutura arquivística na forma de dossiês, em vista ao já grande número de bens tombados em todo o território nacional, executou-se a indexação da documentação a partir do método geográfico – estado e município -, procedimento ainda hoje utilizado pela instituição. Ao longo dos anos, com a ampliação da atuação do Patrimônio e a criação de novas representações regionais, o Arquivo Central expandiu-se ao ser amplamente enriquecido pelo recolhimento regular de material produzido por todos os setores do IPHAN, além de doações de pessoas físicas e jurídicas. A partir da década de 1980, algumas representações regionais iniciaram um processo de descentralização do gerenciamento da documentação, criando seus próprios arquivos, como foi o caso da 6ª Superintendência Regional, então denominada 6ª Diretoria Regional. Com o advento de um período crítico na história da instituição, com a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória e a renomeação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - para Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, esta prática de administração da própria documentação tornou-se regra nas superintendências, sub-regionais e escritórios técnicos, deixando o Arquivo Noronha Santos de executar esta tarefa, transformando-se em um arquivo conceitualmente histórico³⁴.

Atualmente, o acervo é arranjado em um fundo principal denominado “IPHAN”, que compreende toda a documentação do acervo. Este fundo é subdividido em diversas séries, entre elas: “Processo de Tombamento”, “Inventário”, “Arqueologia”, “Arquivo Técnico Administrativo”,

³³ Nesta época, a Seção de História era ligada diretamente ao Arquivo.

³⁴ Informações disponíveis no site <<http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>> Acesso em 11 fev. 2006.

“Slides”, “Arquitetura”³⁵ e “Obras”. Cada uma destas séries é subdividida em subséries, categoria na qual se incluem os bens tombados. A documentação é toda armazenada em pastas, dispostas em caixas, que por sua vez são guardadas em um grande arquivo, com exceção da série “Arquitetura”, arquivada na mapoteca. A fim de tornar possível o acesso a esse acervo e divulgar seu conteúdo, foi elaborado um inventário, por vezes sumário, outras analítico³⁶, de acordo com a série e a espécie do suporte. No que tange à iconografia – fotos, gravuras e slides -, o registro é um dos mais precisos, através da catalogação de cada elemento de forma a relatar o objeto ou local da imagem, além de suas características particulares – data, dimensões, aparência (preto e branco ou colorida), entre outros. Quanto à cartografia, o registro também é bastante completo, em vista que são listadas todas as plantas do acervo, com informações referentes à datas, escalas, dimensões, natureza (original ou cópia), e autor do desenho e projeto. Os documentos textuais, entretanto, não apresentam tamanho grau de precisão. No caso da série “Obras”, de maior importância para o nosso estudo assim como a série “Arquitetura”, o inventário realizado é do tipo sumário, informando apenas o período abrangente da documentação, agregando, por exemplo, todo o material sobre intervenções gerado entre os anos de 1960 a 1963 em uma pasta, de 1964 a 1970 em outra e assim sucessivamente³⁷.

De forma a facilitar a consulta e a agilizar a localização do acervo, o Departamento de Identificação e Documentação – DID/IPHAN - sob o qual está subordinado o Arquivo Noronha Santos – disponibilizou o inventário existente através da implementação de um banco de dados.

A grande problemática do instrumento de pesquisa utilizado é não haver uma catalogação sistemática dos documentos textuais que compõem seu acervo, muito menos uma descrição exata de seu assunto ou suas informações mais relevantes. Tal situação não se deve unicamente às dificuldades quanto ao farto volume de material, mas também à alta complexidade inerente a essa análise de dados, que, conforme exposto anteriormente, deve ser feita por profissional devidamente qualificado e de forma extremamente criteriosa. Somente desta forma poderá ser implantada a consulta à documentação arquivada de forma dinâmica, sem incidência de enormes desperdícios de tempo. Este desperdício é ainda agravado pelo fato do Arquivo Noronha Santos não possuir

³⁵ A série “Arquitetura” é composta por plantas do imóvel, como plantas baixas, cortes, fachadas, plantas de situação e levantamentos topográficos

³⁶ “Inventário sumário – Instrumento no qual as unidades de arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões são identificadas e descritas sucintamente.” Basicamente se constitui do título da série ou unidade de arquivamento, datas abrangentes, quantidade de pastas e sua localização no arquivo.

“Inventário analítico – Instrumento de pesquisa no qual as unidades de arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões são identificadas e descritas pormenorizadamente.” Disponibiliza as mesmas informações do inventário sumário, incluindo a descrição do teor dos documentos que compõem cada unidade de arquivamento. (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 130 e 134.).

³⁷ Ver listagem do inventário do Arquivo Noronha Santos no anexo 1.

terminais de computador disponíveis aos seus usuários, impossibilitando a digitalização imediata da informação obtida. O único recurso para registro dos dados pesquisados é a transcrição manual, já que não permitidos serviços de reprodução, salvo em casos especiais. Apenas aqueles que dispõem de *laptops* particulares podem transpor essa barreira. No caso de reprodução de plantas, o processo é manual por intermédio de lápis e papel manteiga. Já as iconografias, quando necessária sua reprodução, são scaneadas e o arquivo armazenado junto ao banco de dados de consulta ao acervo, de forma a se disponibilizar a futuros interessados, preservando o documento original.

Outro aspecto que dificulta significativamente a divulgação da informação é o fato do banco de dados do Arquivo Noronha Santos, apesar de seu acervo abranger todo o país, não ser acessível via internet, impedindo a divulgação do seu conteúdo além dos limites do DID/IPHAN. A consulta deve ser feita pessoalmente ou, em caso de impossibilidade da mesma, via telefone ou e-mail.

Contrapondo-se ao Arquivo Noronha Santos, o Arquivo da 6ª Superintendência Regional, possui funções e arranjos totalmente distintos. O arquivo da 6ª SR é definido como um arquivo misto: possui características do tipo permanente,³⁸ mas também armazena a documentação de uso corrente³⁹. No que tange os documentos relativos à Divisão Técnica⁴⁰, não há descarte de documentação, salvo em caso de duplicatas.

O método de arquivamento adotado define com arranjo principal o critério geográfico, seguido do alfabético: o espaço físico da sala de arquivo define espaços específicos cada cidade e neste ambiente são dispostos gaveteiros com as séries relativas a cada bem tombado por ordem alfabética. Ao contrário do Arquivo Noronha Santos onde a série é o assunto e o bem tombado a subsérie (Por exemplo, série: Obras; subsérie: Museu Casa de Benjamin Constant), no Arquivo da 6ªSR o bem tombado é o início da cadeia e o assunto, o arranjo secundário (série: Museu Casa de Benjamin Constant; subsérie: Preservação⁴¹) As subséries constantes em quase todas as séries são “Histórico”, “Preservação” e “Ministério Público”, sendo criadas outras específicas, conforme a necessidade. Ocasionalmente, são também montados dossiês⁴² para assuntos específicos dentro de uma mesma

³⁸ Ver nota 41.

³⁹ Segundo Marilena Leite Paes: “os arquivos correntes são constituídos de documentos em curso ou freqüentemente consultados como ponto de partida ou prosseguimento de planos, para fins de controle, para tomada de decisões das administrações etc.” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 54).

⁴⁰ A Divisão Técnica da 6ª Superintendência Regional abriga as áreas de Arqueologia, Conservação e Proteção.

⁴¹ Apesar da atribuição de denominações distintas, as séries “Obras” e “Preservação” se equivalem, abrigando a documentação relativa à danos, estado de conservação e intervenções.

⁴² “Unidade de arquivamento, formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa.” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 26).

subsérie. O último critério adotado é o cronológico: os documentos são ordenados conforme sua data de expedição.

Dada a simplicidade de sua organização, o sistema de consultas é direto: a busca do documento é feita diretamente no local onde se encontra guardado, divergindo do Arquivo Noronha Santos, onde é preciso consultar um banco de dados.

Como muitos dos documentos arquivados ainda são de uso corrente, é permitida a reprodução e empréstimo aos funcionários da instituição. Aos usuários externos, é feita uma triagem sobre a documentação a ser disponibilizada para consulta e cópias, dado que muitas informações podem ser consideradas de uso restrito, não devendo ser divulgadas para conhecimento público. Aos usuários internos é permitido o empréstimo não apenas de um único documento do acervo, mas também da pasta completa.⁴³ Dadas as características de seu acervo, esse procedimento é de extrema necessidade para um estudo aprofundado de determinados assuntos, atendendo “à própria essência de sua formação: servir à administração e à história”⁴⁴. Porém, esta prática dificulta o efetivo controle de retorno de toda a documentação contida na pasta no momento do empréstimo, pois não há um inventário de seu conteúdo, cabendo o registro apenas da pasta retirada. Esse tipo de empréstimo não só prejudica a integridade do documento como favorece seu extravio. É importante destacar que o Arquivo da 6ª SR não dispõe de qualquer instrumento de pesquisa, com exceção de seu acervo cartográfico, cujo inventário é disposto em um fichário a ser consultado manualmente⁴⁵.

Diante dos fatos, é possível visualizar o quanto é difícil e lenta a aquisição de dados referentes à memória das intervenções, pois nenhum dos arquivos pesquisados dispõe de uma descrição precisa e completa da documentação existente e seu conteúdo. Logo, constatou-se que, para viabilizar a análise das intervenções ocorridas no bem tombado e atingir o objetivo inicial, era preciso a criação de um instrumento de pesquisa que descrevesse pormenorizadamente os documentos considerados relevantes nas duas fontes básicas de consulta: o denominado “repertório”⁴⁶. Só então haveria dados suficientes para o prosseguimento do estudo. A proposta de criação de um novo instrumento de pesquisa vem de encontro a uma política de evolução e aperfeiçoamento das técnicas de registro e análise dos documentos “a fim de poupar ao estudioso a perda de tempo e o esforço inútil de, por

⁴³ Desde que se trate de funcionário da instituição, o empréstimo é feito mediante assinatura.

⁴⁴ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 101.

⁴⁵ Ver exemplo do inventário existente no anexo 5.

⁴⁶ “Repertório – Instrumento de pesquisa no qual são descritos, pormenorizadamente, documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, podendo ser elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico” (PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 28).

carência de informações, resolver problemas já solucionados ou repetir experiências que foram testadas anteriormente”.⁴⁷

É imprescindível destacar, todavia, que não é intenção deste estudo, a crítica quanto a metodologia de arquivamento utilizada pelo IPHAN, mas apenas o vislumbre dos pontos em que este importante setor da instituição vem apresentando deficiências no desempenho de sua principal função: o atendimento ao usuário com precisão e rapidez. Conforme Marilena Paes, o arquivo deverá atender às necessidades da instituição a que serve.⁴⁸ O público alvo deste trabalho é aquele que depende dessa fonte para o sucesso de sua atuação: os arquitetos e engenheiros que atuam diretamente com intervenções em monumentos históricos, que sofre com a inadequação dos arquivos como instrumento não apenas para a montagem de uma historiografia das intervenções mas também como suporte às tarefas cotidianas de execução, orientação, acompanhamento e fiscalização.

O dia-a-dia dos técnicos que lidam diretamente com intervenções exige o fornecimento de informações claras, precisas e, principalmente rápidas, pois as decisões e análises devem ser extremamente criteriosas, baseadas em todo e qualquer material sobre o assunto em questão. Esta rotina diária inclui análise de projetos, respostas à ofícios - inclusive esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público -, orientações à proprietários de imóveis e à empresas executoras de obras, entre outros. Entretanto, o fato de não haver um instrumento do tipo “repertório”, que descreva com exatidão o acervo existente acarreta a necessidade de verificação de todo o material relativo a um bem todas as vezes em que for necessária alguma informação relativa a ele. Pode-se exemplificar este fato da seguinte forma: caso se faça preciso o resgate das intervenções ocorridas no telhado de um determinado bem, será necessária a verificação de centenas de documentos totalmente insignificantes para o fim da pesquisa, com o único propósito de avaliar quais os efetivamente pertinentes. Este procedimento, além de extremamente danoso à estrutura física do documento, já que o manuseio constante desnecessário potencializa o desgaste, torna muitas vezes a pesquisa incompleta ou mesmo inviável. Dada a imensa quantidade de imóveis sob supervisão direta desta superintendência contrapondo-se ao reduzido número de técnicos em ação, não há tempo hábil para realização desta pesquisa, acarretando decisões calcadas apenas no conhecimento parcial do histórico do problema. A busca pela informação rápida acaba por ser realizada recorrendo-se à própria memória do técnico atuante ou mesmo às de pessoas mais antigas ligas à Instituição. Outro

⁴⁷ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 17.

⁴⁸ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 21.

recurso constantemente utilizado é a delegação deste serviço à estagiários, que muitas vezes por desconhecerem o teor das informações e/ou por inexperiência, acabam por transmitir dados incorretos, incompletos ou mesmo imprecisos.

A disponibilização de um adequado instrumento de pesquisa é primordial para o sucesso de um trabalho arquivístico, pois, para o usuário, não é relevante a forma como as informações estão organizadas, mas sim sua facilidade de consulta. Segundo Marilena Paes:

“Ao usuário não interessa onde se encontra armazenada a informação – numa biblioteca, numa memória de computador, num microfilme, ou num arquivo tradicional. Daí a importância da constituição de sistemas de informática, dos quais o arquivo deve participar, dotados de recursos técnicos e materiais adequados para atender à acelerada demanda dos nossos tempos”⁴⁹

Dessa forma, percebe-se como é latente a necessidade de modernização do processo de divulgação da informação dentro do próprio Instituto. A proposta então formulada para solucionar o problema e possibilitar a elaboração de uma historiografia das intervenções é a execução de um “repertório” dos documentos julgados pertinentes e a sua disponibilização por intermédio de um banco de dados que recupere suas informações de forma rápida e precisa.

4.0 A Era Digital

4.1 – O banco de dados como instrumento de pesquisa

O crescente avanço da conscientização da importância de documentar as intervenções acabou por gerar um aumento igualmente proporcional da quantidade de informações sobre o tema. Analisando os arquivos Noronha Santos e da 6ª Superintendência Regional, observou-se que vem ocorrendo um fenômeno comumente denominado hiper-informação: a quantidade de dados disponíveis para consulta é tão grande que a apreensão de seu conteúdo pode ser prejudicada pelo excesso. Apenas uma organização sistemática, eficaz e abrangente pode evitar tal situação. Daí a importância de uma instituição de memória como o IPHAN promover a produção de conhecimento e pesquisa da sua própria documentação através de instrumentos que facilitem a consulta.

Diante deste quadro, os bancos de dados apresentam-se como uma revolução na história da memória. A questão é abordada por Jacques Le Goff, quando destaca que uma das operações

fundamentais dos computadores é justamente a “memória”. Ao contrário da memória humana, a memória eletrônica é, em muitos casos, ilimitada. Entre as demais qualidades a seu favor está sua grande estabilidade, ao contrário da memória humana, instável e maleável. Porém, para os fins deste trabalho, sua maior utilidade está na facilidade de evocação dos dados, diferentemente dos livros e demais meios escritos.

Essa busca pela facilidade em resgatar a informação não objetiva unicamente velocidade mas também qualidade: a computação permite uma flexibilidade de programação que varia desde os meios de consulta à armazenagem de informações e organização, passando pelo cruzamento de dados, conforme as necessidades do usuário. A necessidade cada vez maior de velocidade das sociedades contemporâneas associadas às facilidades proporcionadas pelos bancos de dados tornam estes um dos melhores e mais utilizados suportes de memória dos tempos atuais.

A emergência destes novos “lugares de memória” virtuais pode muitas iludir profissionais menos experimentados com todas as facilidades que podem proporcionar. Entretanto, deve-se ter em mente que as tecnologias de informação são apenas um meio facilitador de pesquisa e disposição de dados. Mesmo suas características de contabilidade e dados estatísticos só são úteis sob a administração direta de profissionais competentes, dado que o computador, por si só, não possui capacidade de raciocínio e apenas a programação e análise criteriosa dos técnicos sobre os dados produzidos poderá torná-lo realmente eficiente. Como afirma Le Goff:

“(…) torna-se necessário constatar que a memória eletrônica só age sob a ordem e segundo o programa do homem, que a memória humana conserva um largo sector não <<informatizável>> e que, como todas as outras formas de memória automáticas aparecidas na história, a memória eletrônica não é senão um auxiliar, um servidor da memória e do espírito humano.”⁵⁰

Faz-se necessário, porém, uma reflexão da forma como os bancos de dados se manterão ao longo dos tempos. Os constantes avanços tecnológicos são um fator de grande preocupação para os arquivistas que se utilizam da informática como meio de suporte de memória. Na última década presenciamos situações onde extensos bancos de dados apresentaram grandes dificuldade de leitura por terem sido gerados em tecnologias que se defasaram ao longo deste período: bancos de dados criados em programas como Dbase III, completamente fora do mercado ou arquivos salvos em disquetes de 5 ¼", cujos drives não são mais fabricados. Essas preocupações não atingem apenas o

⁴⁹ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 37.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 41.

IPHAN e seus bancos de dados, mas todos os usuários de recursos de informática. Alguns bancos chegam a pagar pequenas fortunas a profissionais especializados na chamada “arqueologia digital”. Outro risco na utilização da informática é a possibilidade sempre eminente de perda dos dados, causada pelas mais variadas adversidades: ataque de vírus, problemas físicos da máquina – perda de *HD*, por exemplo -, falhas humanas, e etc. Ainda não há respostas consensuais sobre tais assuntos, mas deve-se ter em mente a necessidade de atenção rigorosa quanto às defasagens tecnológicas de forma a providenciar a tempo a migração de dados para novas tecnologias, e a execução rotineira de *back-ups*, de modo a evitar a perda de informações. A mesma preocupação ocorre em relação a suportes de memória como CDs e disquetes que ainda hoje não se conhece sua durabilidade. E um dos maiores objetivos dos arquivos em todo o mundo – principalmente em instituições de preservação de memória como IPHAN – é a preocupação sobre o legado dessas informações contemporâneas à posteridade. Estas são questões que vêm sendo discutidas nas comunidades arquivísticas de todo o mundo. Segundo a arquivista Marilena Leite Paes:

“É preciso (...) lembrar que tais avanços tecnológicos, ao lado das vantagens que oferecem, apresentam alguns problemas que merecem reflexão e exigem soluções dentro de um curto espaço de tempo, a saber: falta de respaldo legal, no Brasil, que assegure o valor probatório dos registros contidos em suportes informáticos; baixa durabilidade dos materiais empregados, tornado necessária a transferência periódica das informações para outros suportes; obsolescência, em prazos de quatro a cinco anos, dos equipamentos necessários à leitura das informações armazenadas; falta de padronização na fabricação de equipamentos e suportes, limitando ou mesmo inviabilizando a interação dos recursos materiais disponíveis e, finalmente, os altos custos de conservação e manutenção física de acervos informáticos.”⁵¹

Ainda que diante de tantas incertezas, porém, são inegáveis as possibilidades e facilidades proporcionadas pelos bancos de dados. Ainda segundo Marilena, “o trabalho nos arquivos deve ser desenvolvido sem preconceitos, e os arquivistas devem estar preparados profissionalmente para utilizar todos os meios disponíveis para se obter, rapidamente, informações confiáveis precisas e completas.”⁵² A informática com suporte aos arquivos vem sendo utilizada em todo o mundo em favor dos mais variados objetivos e o IPHAN não poderia se furtar a tamanho avanço tecnológico. O recurso de banco de dados já vem sendo utilizado pela instituição em trabalhos como os inventários dos conjuntos urbanos da Praça XV, no Rio de Janeiro, e do centro histórico da cidade de Paraty. Quanto à sua aplicabilidade como suporte da memória de arquivos, podemos exemplificar que o

⁵¹ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 157.

⁵² PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 157.

recurso vem sendo utilizado no Arquivo Noronha Santos – relatado anteriormente - e no Arquivo da Superintendência Regional do Maranhão, cada um com características e necessidades distintas, porém com o mesmo objetivo final: facilitar e dinamizar o acesso à informação. Esta, porém, não é uma realidade brasileira, onde muitas de suas superintendências e escritórios técnicos sequer possuem um computador, quanto mais instrumentos de pesquisa digitais que atinjam suas necessidades. É fundamental para seu futuro que o IPHAN seja uma instituição de memória e não uma instituição do passado. E para isso, faz-se importante o fortalecimento da informática e das tecnologias de informação entre suas práticas institucionais.

4.2 – A proposta de criação de novo banco de dados

A iniciativa de disponibilizar um recurso digital para facilitar a divulgação da informação em nível nacional não é algo recente. Há aproximadamente 10 anos, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, vem desenvolvendo um projeto que visa sociabilizar a informação contida no Arquivo Noronha Santos. Este projeto consiste na criação de um banco de dados onde seriam registradas todas as intervenções ocorridas ou solicitadas no bem tombado.

O banco de dados criado possui duas formas de catalogação, denominadas “Formulários de Campo”: um destinado especificamente às solicitações de intervenção⁵³ e outro às intervenções propriamente ditas⁵⁴. O primeiro apresenta dados como data, autor da solicitação, nome do projeto, descrição da solicitação, localização do documento, se foi efetivamente executado o serviço solicitado e, caso positivo, o que especificamente foi realizado. Já o segundo formulário, de maior complexidade, informa dados como nome do projeto, data, duração, descrição do projeto, autor e executor, responsáveis, recursos empregados, custos – inicial, licitado e final -, tipos de intervenção⁵⁵, se foi acompanhada pelo IPHAN (caso afirmativo, o número do respectivo processo) e, na existência de parecer do Instituto, breve resumo. A ficha informa, ainda que genericamente, quais os tipos de documentos encontrados – plantas, relatórios de obra, fotos, especificações técnicas e/ou contratos e sua localização no arquivo. Este projeto tem como público alvo as representações regionais que muitas vezes desconhecem o passado do monumento por falta de informações. O objetivo é a disponibilização deste banco de dados para a respectiva regional interessada, que o alimentaria regularmente com dados do seu próprio arquivo, a fim de montar uma cronologia

⁵³ Ver formulário no anexo 2.

⁵⁴ Ver formulário no anexo 3.

intervencionista. Essa iniciativa é extremamente pertinente, já que a importância da montagem desta cronologia é inquestionável. Porém, para os interesses da 6ª Superintendência Regional, as informações coletadas neste projeto não são suficientes. Estes formulários – principalmente o destinado às intervenções – são um resumo, uma conclusão de todo o processo intervencionista. Não há campos específicos para a descrição de cada documento ou sua localização exata. Não informa precisamente quais as plantas disponíveis, o local das fotografias ou outros dados de vital relevância. Há apenas um campo para indicação geral do material consultado e outro para observações gerais. Considerando-se que o acervo do Arquivo Noronha Santos remete a uma época onde a documentação das intervenções ainda era pouco valorizada – conforme já explicitado anteriormente -, a quantidade de documentos sobre um mesmo assunto é relativamente pequena, sendo viável o formulário acima descrito. Nos últimos 20 anos, porém, acompanhando a intensificação do rigor em relação a preservação da memória da intervenção, a quantidade de documentos relativos a uma única intervenção aumentou vertiginosamente, tornando inadequada a adoção apenas deste banco de dados. Apesar do imenso valor da proposta do DEPAM, no âmbito das representações regionais de grande porte como a 6ª SR, este deverá ser um projeto a ser desenvolvido posteriormente, quando os dados estiverem melhor inventariados.

O conhecimento das particularidades, qualidades e problemáticas dos instrumentos de pesquisa disponíveis foi fundamental para a elaboração do conceito de um banco de dados que efetivamente possa auxiliar às atividades de análise de projetos e fiscalização obras de bens tombados, como também propiciar os meios para a elaboração de um pensamento crítico sobre a política de atuação da instituição na preservação de seus próprios imóveis. Este projeto ambiciona atender aos anseios não apenas da 6ª Superintendência Regional, mas tornar-se uma linguagem possível de ser utilizada por todas as demais representações regionais. Desta maneira, atualmente vem sendo desenvolvido um projeto-piloto para implantação de um novo banco de dados no âmbito do arquivo da 6ª Superintendência Regional baseado nas críticas à consulta aos arquivos realizadas por diversos arquitetos e engenheiros desta representação regional, no reconhecimento da metodologia arquivística e na experiência de levantamento de informações para elaboração de planos de gerenciamento de intervenção. Este instrumento servirá de suporte ao “repertório” que vem sendo realizado, funcionando como um *site* de busca de internet, onde palavras-chaves são selecionadas com a função de refinar a pesquisa. Foram criados 6 campos de preenchimento obrigatório que

⁵⁵ As intervenções classificadas como: conservação, restauração, demolição parcial, acréscimo, consolidação, adaptação, agenciamento de entorno e/ou reconstrução parcial.

funcionam como filtros: Bem Tombado, Município, Categoria, Assunto, Tipo de Documento e Período. Tais filtros possuem opções pré-definidas a serem selecionadas conforme o objetivo da pesquisa, evitando dessa forma possíveis erros de digitação ou variações de nomenclatura. Os campos “bem tombado” e município” dispensam maiores explicações. O campo “Categoria” refere-se à tipologia do bem: equipamento urbano, conjunto urbano, Arquitetura Civil Urbana, Arquitetura Rural, Arquitetura Religiosa, entre outros. O “Assunto” abrange as questões pertinentes às intervenções: instalações prediais, cobertura, descupinização, fachadas, forros, esquadrias etc. Já “Tipo de Documento” informa se busca é por correspondência, projeto, vistoria, iconografia... Todos os campos possuem ainda a opção “todos”, que permite a abertura de um leque de possibilidades de consulta e combinações, de acordo com a necessidade do usuário: é possível obter informações sobre todas as obras realizadas pela regional na década de 1980, ou ainda todas as intervenções em telhado ocorridas na história do Palácio do Catete, e assim por diante⁵⁶.

Para elaboração e implantação deste instrumento de pesquisa, foi necessária a escolha de um monumento onde pudesse ser testada a metodologia proposta. E o imóvel selecionado para iniciar esse projeto foi o Museu Casa de Benjamin Constant.

5.0 A aplicação do banco de dados

5.1– Estudo de Caso – Museu Casa de Benjamin Constant

O Museu Casa de Benjamin Constant foi o monumento escolhido para iniciar esse projeto. A seleção do Museu Casa de Benjamin Constant para iniciar esse projeto ocorreu pelo fato de, somados ao seu enquadramento nos requisitos básicos deste projeto - imóvel tombado à nível federal, de propriedade da União, sob administração direta do Ministério da Cultura -, ter sido objeto de intervenções por conta do Plano de Ação da 6ª Superintendência Regional para o exercício de 2005. As obras realizadas por intermédio de processo licitatório abrangeram a pavimentação da estrada de acesso, restauração do portão, recuperação e elaboração de projeto de drenagem de muros de contenção.

O Museu Casa de Benjamin Constant situa-se no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um exemplar de arquitetura residencial tipo chácara pavimento único, datada de

⁵⁶ Ver tela inicial do programa de alimentação de dados no anexo 4.

aproximadamente 1860, com características neoclássicas românticas. Situado em parque repleto de árvores frutíferas, constituem seu conjunto, jardim e belvedere. Encontra-se tombado no Livro Histórico desde 02/04/1958, em virtude de ter sido a última residência de Benjamin Constant, o “fundador” da República. Desde de 1982, a casa abriga um museu destinado a recriar a atmosfera do final do século XIX e cultivar a memória de Benjamin Constant. No mesmo terreno, localiza-se construção posterior, datada de fins do séc. XIX e início do séc. XX, destinada à moradia de uma das filhas do ilustre proprietário. Apesar de não encontrar-se nominalmente tombada, suas características são objeto de preservação dada sua composição com o museu. Atualmente abriga o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da FUNARTE.

Para iniciarmos a identificação dos documentos existentes, foi necessária uma primeira aproximação com o objeto através do levantamento de dados básicos como: endereço, data da construção, arquiteto e construtor (se conhecidos), processo e razão do tombamento, tombamento em outras instâncias (municipal ou estadual) e usos atual e anterior, e, no caso específico do Museu, características de seu acervo. O segundo passo foi a obtenção de fotografias e informações sobre seu histórico, entorno e características plásticas. Uma visita ao local foi imprescindível para uma correta compreensão visual e espacial dos dados já obtidos e os que ainda o seriam.

A etapa seguinte consistiu no inventário das plantas e projetos existentes, independentes de sua execução ou não. A fonte inicial foi o Arquivo da 6ª Superintendência Regional, onde encontram-se os documentos mais recentes e em maior número. Apesar do inventário cartográfico existente⁵⁷, foi necessária a revisão de todos os projetos, pois foram identificadas plantas arquivadas em lugares diversos sem haver alusão entre si, propiciando a falsa conclusão de trataram-se de documentos distintos ao invés de cópias. Este problema ocorre por existirem 3 lugares possíveis para arquivamento de plantas: a mapoteca, as caixas (denominadas “caixas-box”) e as gavetas juntamente com as demais espécies de documentos – correspondências, memoriais justificativos etc. Outra falha comumente verificada é que o atual inventário frequentemente faz referência apenas ao título do documento, não identificando seu local de atuação. Como exemplo, podemos relatar a existência de um projeto de estabilização de encostas cujo título não faça menção a qual encosta o desenho se refere, cuja identificação é possível caso sejam analisadas as plantas. Daí a necessidade do arquivista responsável possuir conhecimentos básicos de arquitetura e localização espacial para efetuar a leitura correta destes documentos.

⁵⁷ Ver exemplo do inventário existente no anexo 5.

Em seguida, elaborou-se um “repertório” do bem com todos os documentos referentes às obras ou danos ocorridos. Foram objeto de análise as seguintes pastas: Histórico, Ficha de Cadastro, Preservação I e II, Muros e Encostas Preservação I, II e III, Anexo Preservação I e II, Área Externa Preservação I e II e Ministério Público. As duas primeiras foram necessárias à obtenção dos dados iniciais de aproximação, sendo que a segunda ainda apresenta um breve resumo das intervenções ocorridas até o ano de 1992. Essa pasta é resultado de um trabalho realizado na época em alguns bens tombados onde também tentou-se a montagem de uma retrospectiva histórica das obras realizadas. Porém, por tratar-se de um relatório em papel, fechado em um período cronológico específico sem perspectivas de atualização, tornou-se rapidamente obsoleto, caindo em desuso. Entretanto, para o trabalho em questão, é uma excelente ferramenta. As subséries que incluem a nomenclatura “preservação” são fundamentais por armazenarem especificamente os documentos relativos às obras ou danos ocorridos. Já a subsérie “Ministério Público” dispõe de todas as ações legais impetradas pela Procuradoria da República em favor da preservação do monumento, o que incluem vistorias para determinação de estado de conservação e procedimentos solicitando informações sobre obras ou danos.

A metodologia adotada para a identificação e seleção dos documentos consistiu na leitura cuidadosa de cada um dos documentos encontrados em todas as citadas 7 subséries e 12 pastas, atribuindo valor àqueles considerados relevantes. Destes, foram obtidas informações como data de expedição, tipo de documento – ofício, memorando, informação ... -, numeração, remetente, destinatário e localização no arquivo. Para cada documento selecionado é elaborado um breve resumo de seu conteúdo, etapa fundamental para o sucesso do empreendimento, possibilitando a obtenção da informação desejada no momento da pesquisa. São descartados desta seleção documentos de conteúdo repetitivo, ou seja, documentos expedidos por técnicos para seus chefes ou Superintendentes, por exemplo, cujo teor tenha sido reproduzido na íntegra por estes últimos à outros destinatários. Neste caso, são privilegiados os documentos de remetente de maior cargo no IPHAN, devido a superioridade de valor comprobatório. Durante o processo, foram identificadas e inventariadas todas as fotos encontradas, já que no Arquivo da 6ª Superintendência não há uma separação diferenciada para este tipo de documento. A grande maioria foi encontrada como parte integrante de relatórios e vistorias.

Em diversos momentos ao longo do “repertório”, serão encontradas observações em negrito ao lado das descrições dos documentos. Tratam-se de observações realizadas pelo profissional executor que, ao proceder a leitura de todos os documentos, obteve tal informação que, entretanto, não será

facilmente encontrada por quem apenas disponha dos resumos. Em anexo⁵⁸, o relatório-piloto deste trabalho, com a descrição de todos os documentos identificados e selecionados, a fim de facilitar a compreensão do método aqui descrito.

Todos os dados estão disponibilizados em arquivo digital gerado em Word 2000, enquanto o banco de dados que abrigará suas informações estiver sendo aprimorado e preparado para implantação⁵⁹. Desta forma, o trabalho de elaboração do “repertório” pode transcorrer enquanto o instrumento de pesquisa estiver sendo aperfeiçoado. Em plataforma digital, a transposição de dados poderá ser feita com os comandos de “copiar” e “colar”. No momento que o banco de dados já estiver em pleno funcionamento, a alimentação de informações poderá ser feita diretamente no mesmo.

Com o fim de exemplificar a importância deste projeto de identificação e descrição de informações relativas à intervenção, uma análise superficial desse material relativa ao Museu Casa de Benjamin Constant permite concluir que os problemas mais recorrentes desse monumento referem-se às instalações elétricas e ao telhado, danos relativamente comuns em imóveis antigos. Mas seu ponto crítico, porém, é sua área externa, que necessita de freqüentes obras de drenagem, estabilização de encostas e recuperação de muros de contenção, dada sua extensão e espaços íngremes. Aliados à freqüente necessidade de tratamentos fitossanitários e descupinizações, devido à grande quantidade de árvores no parque, caracterizam-se como os maiores desafios para preservação do bem tombado. Quanto à edificação anexa, a grande maioria das intervenções ocorreram em função da adaptação do imóvel para abrigar o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da FUNARTE.

Dessa forma, é possível compreender como esse instrumento de pesquisa possibilita traçar um diagnóstico do imóvel baseado em dados precisos, com o propósito de subsidiar à elaboração de um Plano Diretor que contemple adequadamente às necessidades impostas, concretizando a proposta de uma nova política de gerenciamento desses imóveis.

5.2 – A implantação do banco de dados

O banco de dados idealizado encontra-se em processo de desenvolvimento por intermédio do apoio técnico prestado pela Coordenadoria Geral de Pesquisa e Documentação – COPEDOC. Sua

⁵⁸ Ver relatório no anexo 6.

⁵⁹ Ver tela inicial do programa de alimentação de dados no anexo 4.

estrutura básica de alimentação já encontra-se pronta, conforme pode ser visto em anexo⁶⁰. O programa escolhido como sua plataforma é o Access 2000. Concluído o banco de dados, este será disponibilizado na rede interna da 6ª Superintendência Regional, no domínio da Área de Conservação a fim de que possa ser acessado por todos os técnicos deste setor, que atuam diretamente com as intervenções em bens tombados. É válido esclarecer que a rede interna da 6ª SR possui domínios diferenciados para cada área, acessíveis por intermédio de senha. O domínio da Área de Conservação também permite o acesso aos profissionais do Área de Proteção, que eventualmente poderão necessitar de tais informações. Dessa forma, o banco de dados estará disponibilizado em qualquer computador da instituição, desde que o profissional tenha permissão para entrar no domínio da Área de Conservação. Esta forma de consulta à informação dinamiza de forma sem precedentes a pesquisa, pois de sua própria estação de computador o técnico obtém muitas das informações desejadas e caso seja necessário a análise completa do documento, a busca no arquivo é facilitada por já se conhecer exatamente o que e onde procurar.

Se a consulta ao banco de dados é franqueada a qualquer um que disponha de permissão de acesso ao domínio da Área de Conservação, a sua alimentação deverá ser efetuada de modo restrito por setor previamente determinado. É necessário que fique claro que o processo de alimentação de dados de documentos pre-existentes deverá ser completamente diversa daquela referente aos documentos futuros, pois um terá como ferramenta um arquivo já consolidado e o outro terá que se inserir nos procedimentos de rotina da instituição.

Para se proceder a mudança proposta no processo de gestão documental da 6ªSR, é necessária a compreensão de como são seus procedimentos atualmente. Toda a documentação recebida pela 6ª SR é remetida diretamente ao Protocolo Geral, onde é verificada a existência de antecedentes. Recebido seu número de identificação, é encaminhado para o protocolo da Área de Gabinete, que remete para as vistas da Superintendente. Após esse processo, o Protocolo do Gabinete envia ao protocolo específico da área a que pertence seu destinatário. No caso da Área de Conservação, os documentos são enviados à Secretaria Técnica, que possui essa tarefa como parte de suas atribuições. A Secretaria Técnica, por sua vez, remete ao chefe da Divisão Técnica – setor que engloba as áreas de Conservação, Proteção, Arqueologia e a própria Secretaria Técnica – que então distribui ao chefe da área referente ao assunto, que finalmente encaminha ao técnico por ele destinado a responder pelo assunto. Expedido o parecer do técnico, todo o processo inverso ocorre, com exceção do retorno ao Protocolo Geral. Em seu lugar, a documentação é encaminhada à

⁶⁰ Ver tela inicial do programa de alimentação de dados no anexo 4.

Administração, que executará as rotinas de expedição, separando originais de cópias e encaminhando, finalmente, estas últimas ao seu destino final: o Arquivo. É importante frisar que toda a movimentação é registrada em banco de dados específico, demonstrando o interesse da Superintendência em agilizar seus procedimentos administrativos.

Ao analisar a cadeia de gerenciamento da documentação, verificou-se que o momento ideal para inserção para alimentação do banco de dados é o destino final, quando o documento é finalmente encaminhado ao arquivo. Nesse momento, todas as respostas já foram elaboradas e expedidos os pareceres nas diversas hierarquias, possibilitando a análise e seleção dos documentos a integrem o “repertório”. Entretanto, essa atribuição de valor não deverá ser efetuada pelos profissionais do Arquivo, pois exige conhecimento específico do assunto tratado. O Arquivo deverá apenas determinar sua classificação e localização, encaminhando-o à Secretaria Técnica, que se encarregará de alimentar o banco de dados. A escolha pela Secretaria Técnica se deve ao fato deste setor não apenas trabalhar diariamente com tais documentos, facilitando a compreensão dos assuntos, como também por estar ligada diretamente aos profissionais que lidam com as intervenções e expedem os documentos, possibilitando a consulta em caso de dúvida. Após o cadastro, o documento é finalmente reencaminhado ao Arquivo para sua definitiva guarda.

Quanto a alimentação das informações pré-existent nos Arquivos, esse é um processo mais lento e que exige maior planejamento. O Museu Casa de Benjamin Constant serviu de base para verificar-se a demanda de serviço e tempo necessários para a implantação do sistema. Concluiu-se que o atual quadro de funcionários da 6ª SR não comportaria essa atribuição adicional. A solução então proposta foi a elaboração de projetos para terceirização da tarefa. Desse modo, o pontapé inicial do projeto, não apenas de alimentação do banco de dados mas também de gerenciamento dos bens tombados, foi a montagem de licitação para o serviço de “Levantamentos Cadastrais e Projetos Executivos”. Os imóveis objetos do processo licitatório são: Edifício da Antiga Docas dos Santos, atual sede da 6ª SR, na cidade do Rio de Janeiro; o Museu de Arqueologia de Itaipu, em Niterói; o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio; a Casa da Guarda do Palácio Rio Negro; e o Museu Casa de Benjamin Constant. Todos os imóveis são tombados à nível federal, próprios da União e estão sob administração direta do Ministério da Cultura, com exceção da Casa da Guarda do Palácio Rio Negro, que foi incluída nesse projeto em decorrência da necessidade de sua adaptação para abrigo da nova sede do Escritório Técnico do IPHAN em Petrópolis⁶¹.

⁶¹ Especificação técnica para contratação de levantamentos cadastrais e projetos executivos disponibilizadas no anexo 7.

As especificações técnicas para o serviço englobam a execução de levantamentos cadastrais e diagnósticos para verificação do atual estado físico e de conservação – levantamentos topográficos, paisagísticos, arquitetônicos, instalações elétrico-eletrônicas, hidro-sanitárias e de prevenção e combate a incêndios e, no caso do prédio das Docas, também as de ar condicionado -, além de pesquisa histórica, coleta e alimentação de dados propriamente dita. As fontes de consulta serão o Arquivo da 6ª SR e o Arquivo Noronha Santos e a sistematização do processo será definida conforme padrão desenvolvido ao longo desse trabalho. Esse levantamento global de dados visa o embasamento de formulação de plano de diretrizes com indicação de ações prioritárias, com respectiva estimativa de custos. As diretrizes serão desenvolvidas em conjunto entre a empresa contratada para a licitação e a equipe da 6ª SR, concretizando, dessa forma, as aspirações da superintendência de em montar um plano de gerenciamento das intervenções em monumentos tombados. A especificação contempla ainda o desenvolvimento de projetos executivos pre-determinados, cuja necessidade é conhecida. Os serviços dessa licitação já foram contratados e devem iniciar ainda nesse mês de fevereiro/2006.

6.0 Conclusão

Este presente estudo teve, como objetivo maior, refletir sobre os meios de aprimoramento das políticas de preservação do patrimônio edificado nacional. A proposta de adotar um plano de gerenciamento de bens tombados vem de encontro a uma necessidade da instituição de repensar a sua própria atuação no que tange a preservação desses monumentos: analisar os caminhos percorridos, reconhecer erros e acertos e determinar diretrizes para o futuro.

Durante todo o trabalho, procurou-se compreender quais os elementos que subsidiariam a formulação desses planos, partindo do princípio da necessidade de se apreender a história do bem tombado, tanto no que tange a seu valor nacional quanto aos danos e intervenções físicas sofridas. Daí as reflexões a respeito da importância da documentação no resgate às informações, sem esquecer que os próprios monumentos são documentos de sua passagem pelo tempo. O conhecimento sobre a evolução das teorias preservacionistas e as recomendações internacionais possibilitou a consolidação de um pensamento referente à quais informações buscar e que documentos consultar a fim de estabelecer uma visão abrangente do bem enfocado.

Definidos os dados a serem obtidos, a preocupação se voltou para às fontes primárias de consulta: os arquivos, principalmente os da própria instituição. Percebeu-se o quanto se faz urgente uma maior atenção a estes “locais de memória”, da qual depende grande parte do sucesso do trabalho institucional. Com características de setores de apoio, os arquivos do IPHAN são muitas vezes negligenciados, porém suas deficiências podem comprometer seriamente todas as demais áreas do Instituto. Afinal, nada mais necessário que uma instituição de memória prezar pela sua própria memória.

Ao longo desse estudo, constatou-se uma falha na função maior de um arquivo que é “fornecer ao usuário (...) informações precisas, completas e no mais curto espaço de tempo. (...) todas as ações desenvolvidas num arquivo têm uma única finalidade: recuperar rapidamente a informação devidamente organizada.”⁶² Os instrumentos de pesquisa disponibilizados não se mostraram eficientes no resgate das informações desejadas para a montagem de uma historiografia das intervenções. Optou-se, então pela criação de um novo instrumento que atendesse aos anseios dos profissionais atuantes na área. A proposta para implantação desse sistema, porém, exigiu criteriosas análises, pois trata-se de efetuar uma grande mudança numa fórmula já consolidada de gerenciamento de documentação. Entretanto, esse processo já se iniciou ao contratar-se profissionais para execução de um projeto-piloto.

Durante todo o período de trabalho, buscou-se conceituar e formular uma nova abordagem de atuação do instituto em relação a seus bens imóveis tombados, visando ações de maior qualidade e durabilidade. Clareza, simplicidade, eficiência e facilidade de execução foram as características buscadas na elaboração de uma metodologia que deverá romper a barreira de um sistema previamente consolidado e que marcará uma mudança significativa na ótica das práticas intervencionistas.

A despeito de todas as dificuldades encontradas para o exercício de suas atribuições, o órgão de preservação da cultura nacional deve empreender todos os esforços no sentido de acompanhar os avanços das técnicas e tecnologias de preservação do patrimônio edificado a fim de que o Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional exerça sempre com competência sua função de preservação da memória, e não de preservação do passado.

7.0 Bibliografia

ANDRADE, Luiz Cristiano de Oliveira. *O papel da pesquisa em uma instituição de memória*. Palestra apresentada na I Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO. Rio de Janeiro: abril de 2005. Em: *Cadernos do PEP*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1965.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDI, Cesari. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências.

ENNE, Ana Lucia; TAVARES, Cristiane. *Memória, identidade e discurso midiático: uma revisão bibliográfica*. [s.l. , s.d] Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/pesquisa/vol1/docs/memoria2.doc>> Acesso em: 10 jan. 2006

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi vol. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História nº 10.

RUSKIN, John. *Las Siete Lámpadas de la Arquitectura*. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, s/d. Em: RIBEIRO, Rosina Trevisan. *Apostila da disciplina de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev. 2001.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siecle*. Paris: B. Bance Editeur – A. Morel Editeur, 1868. Tomo VIII. Em: RIBEIRO, Rosina Trevisan. *Apostila da disciplina de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev. 2001.

_____. *Restauração*. Apresentação e tradução: Beatriz Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

⁶² PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 96.